NOTAS E TRANSCRIÇÕES

A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

I — OS ANTECEDENTES

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Os fatos ainda são por demais recentes para oferecerem à História a perspectiva indispensável à sua integral análise e completa interpretação. Mas creio que já se pode afirmar, sem receio de êrro, que nunca as Fôrças Armadas prestaram ao Brasil serviço tão relevante quanto o de terem varrido da vida pública brasileira, neste princípio de mês, a corrupção instalada no poder. Corrupção que se apresentava revestida das roupagens mais variadas e das quais a menor não era, sem dúvida, a de caráter político-ideológico.

Não tínhamos govêrno, tínhamos uma récua de mistificadores e oportunistas manobrando a nau da República ao sabor das suas conveniências.

A partir do momento em que o irresponsável e cínico Jânio Quadros desertou do poder, ao qual o guindaram milhões de consciências enganadas e atraiçoadas, o País mergulhou no crepúsculo da ordem e do princípio de autoridade, no ocaso das latentes esperanças de um povo cansado de esperar.

Naqueles dias, apesar da clara advertência dos ministros militares, a quem uma longa experiência e um não menor conhecimento dos reais desígnios do sr. João Goulart conferiam uma autoridade indiscutível, preferiu-se sobrepor aos interêsses nacionais a letra de uma Constituição que o próprio beneficiário logo depois proclamaria falha, antiquada e desprezível, e que seis anos antes fôra duas vêzes violada pela camarilha que se erguia, então, em sua defesa.

E o País, cujos anseios e verdadeiras aspirações tentou-se confundir com a arenga demagógica do aventureiro Brizola e com a bazófia ameaçadora de meia dúzia de líderes comuno-sindicais, foi obrigado a aceitar, humilhado, na chefia do govêrno o homem de quem já disse com muita propriedade ser apenas um produto típico e acabado da pecuária fronteiriça.

Não era isso o que o Brasil esperava e merecia. O fato de se ter eleito, com maioria colossal, um cidadão que enganosamente encarnava os princípios de honestidade, de honradez e de correção administrativa, como era o equívoco Jânio Quadros, traduzia, com clareza solar, o que queria e esperava a Nação brasileira.

Só a versatilidade do demagogo, as esperanças de uma possível participação no botim da previdência social, os conchavos escusos, a traição, o engôdo é que, na disputa da vice-presidência, colocaram João Goulart à frente do eminente Senador Milton Campos, num dos episódios eleitorais mais desastrados e vergonhosos da história republicana.

Desde então, instituiu-se no Brasil a irresponsabilidade como preceito constitucional e o roubo como norma de administração.

O parlamentarismo caricato, que teòricamente, governava a Nação, esvaía-se na sua impotência ridícula, na sua anemia precoce, pois não se nutria da seiva do Congresso, não se arrimava na representação nacional, como era do seu elementar dever, mas apenas no arbítrio e na prepotência presidencial.

A esta forma de govêrno inculpava, entretanto, o aprendiz de ditador de tôdas as mazelas da administração, de todos os erros oriundos de sua incapacidade clamorosa e como o sistema não funcionava, não tinha raízes nem se ajustava à realidade política nacional, não lhe foi difícil combatê-lo e destruí-lo.

Através de um plebiscito financiado com o dinheiro dos Institutos, da Petrobrás e de numerosas emprêsas particulares, que, temerosas ou acumpliciadas, atenderam ao ultimato do govêrno, enxotou-se da cena o dispositivo parlamentarista com o qual alguns ingênuos pensavam cercear os desmandos e limitar as arrancadas personalistas do sr. João Goulart.

Eis agora o herdeiro de Vargas na posse do poder semi-absoluto, como costuma ser o presidencialismo nas Américas. Mas isso não lhe bastava ainda. Queria o poder total.

Mau administrador, absolutamente incapaz para o exercício de tão altas funções, laborando de malôgro em malôgro na pública administração, logo sentiu que para seu desgaste galopante precisava de um bode expiatório, e nada lhe custou arremessar no Congresso a culpa dos seus erros, das suas omissões e da sua incapacidade.

Fôra-se o parlamentarismo e nada se realizara em benefício do povo; era preciso que se fôsse também o Congresso para que de suas mãos libertas jorrasse, enfim, a felicidade nacional.

Abriram-se as intempestivas baterias não só contra o poder legislativo mas também contra a própria Constituição, já não mais intocável, pois a seu ver ambos se opunham às apregoadas reformas de base, que ninguém sabia o que era, nem Goulart era capaz de explicar e definir.

Convocaram-se os demagogos e aprendizes de demagogos, desde os pixadores de ruas até os ministros de Estado, mobilizou-se a fauna imensa dos **profiteurs** do regime, a pelegada dos sindicais e a maré montante dos comunistas disfarçados e ostensivos e com êsse ingrediente heterogêneo e servil organizaram-se campanhas e comícios financiados pelas têtas dadivosas da Petrobrás.

Só o comício do Rio, segundo seus próprios organizadores, ultrapassou a cifra impressionante dos 300 milhões.

Jamais uma campanha foi tão solerte e mentirosa, jamais uma chantagem custou tão caro à Nação. Nessa empreitada contra as liberdades democráticas, que vinha crescendo assustadoramente nos últimos meses, nunca a chefia do govêrno aviltou-se tanto nem tão fundo mergulhou no pântano do amoralismo, do deboche e da irresponsabilidade.

Mas à proporção que solapava e destruia os fundamentos do sistema representativo, começou Goulart a incrementar velozmente aquilo que deveria funcionar como estrutura do nôvo regime, aquêle que lhe permitiria realizar suas aspirações de ditador. Apelou sem vacilações para um sindicalismo **faisendé**, arrogante e ladravaz, cevado financeiramente pelo fundo sindical e politicamente às expensas de uma criminosa deformação do direito de greve.

Seus sindicatos, transformados em tropa de choque da luta liberticida, fugiam por completo ao figurino clássico das organizações congêneres de todo o mundo, onde foram fundados e ativados pelos trabalhadores para defesa dos seus direitos e não para instrumento de greves políticas, das quais jamais participam. São em tôda parte baluartes das liberdades democráticas e das conquistas pacíficas do operariado, integrados e mantidos por figuras expressivas das massas trabalhadoras e não por agitadores financiados pelos dinheiros públicos.

No uso e abuso das organizações sindicais, vai entroncar-se, talvez, o maior somatório de crimes do consulado goulartiano.

Estimulados pela ação governamental, que para prestigiá-los não hesitava em comprometer a ordem jurídica, a hierarquia salarial e o próprio princípio de autoridade, os sindicatos cresceram em

fôrça e número, num desenvolvimento anárquico que geraria super-sindicatos, ligas, pactos e federações, onipotentes e desafiantes.

A classe estudantil, de tão belas tradições nas lutas democráticas do passado, foi hàbilmente arrastada para o esquema subversivo do presidente. Precisava-se unir o entusiasmo dos estudantes ao aventureirismo dos líderes sindicais, e dali haveriam de surgir uniões esdrúxulas, elaboradas com sucesso pelos laboratórios do partido comunista.

À infiltração comunista que, àquela altura já não era infiltração mas usurpação e domínio, coube papel relevante na subversão do ensino no Brasil, arrastando os estudantes das suas faculdades para submetê-los ao arbítrio exclusivo da UNE. Num país carente de cientistas e de técnicos, afirmavam os dirigentes marxistas do Ministério da Educação que na vida do estudante, o estudo é função acessória e secundária. Não é, pois, de admirar que mais se preocupassem com as atividades dos sindicatos que com suas obrigações específicas.

E começou o reinado das greves políticas, das greves de chantagem que enfermavam a economia nacional e não defendiam os interêsses do operariado, mas antes sacrificavam seu salário pela queda da produção e a alta do custo de vida. A arma poderosa e tradicional de defesa das massas trabalhadoras degradou-se e aviltou-se, transformada que foi em arma de pressão política contra os reais interêsses das assalariados.

Surgiram as greves mais absurdas. Houve uma greve geral para impor ao País um ministério nacionalista. Uma greve de estudantes, contra a nomeação de um professor, ameaçou de paralização o parque ferroviário nacional. Uma greve de enfermeiros da Santa Casa de São Paulo paralizou por alguns dias o pôrto de Santos.

Segundo fontes fidedignas, é na casa das dezenas de bilhões que se deve procurar o total dos prejuízos acarretados à União, só em 1963, pelas greves portuárias de Santos.

A Nação se anemizava e degradava para satisfação dos interêsses escusos de um único homem a quem uma singular habilidade política e uma propaganda eficazmente dirigida sagrara em arauto da verdade e da justiça social.

Dentro do próprio esquema subversivo havia uma gradação de valôres preferenciais, e entre os de primeira linha situavam-se os marítimos e portuários· elementos de vanguarda do dispositivo comuno-sindical.

O prêmio desta fidelidade, que provou ser mais aparente que real, custou talvez a destruição de nossa marinha mercante e dos nossos serviços portuários pelo descalabro em que importavam os salários pagos ao seu pessoal. Basta recordar que se atribuía a um

limpador de latrinas do pôrto do Rio vencimentos superiores aos de um professor universitário e a um taifeiro de bordo vencimentos de almirante.

Um problema, porém, constituiu-se em fator de perturbação no esquema continuista do aprendiz de ditador: a conduta das Fôrças Armadas. Contaria com elas?

Ao longo de nossa História, de tal sorte forjaram elas uma tradição de fidelidade democrática, de alheamento aos interêsses personalistas, de respeito às liberdades públicas que manipulá-las em favor de seus apetites, parecia inadmissível, mesmo ao otimismo confiante do sr. João Goulart.

A solução seria destruí-las e manobrar com os destroços.

Para remover o sério obstáculo que se antepunha aos sonhos do Presidente, acertou-se nos conchavos palacianos, sob a mais pura e fiel inspiração comunista, o solapamento e desagregação do único baluarte capaz de enfrentar a progressiva e inevitável destruição do País.

Já se disse que quando uma nação entra em decomposição, as classes militares são as últimas a serem atingidas, mas desgraçado de um povo que as tiver contaminadas.

Tramou-se uma operação metódica e persistente, a grande infâmia de enfraquecê-las e desmoralizá-las, pela destruição da disciplina e do princípio de autoridade, pelo seu conluio com organizações espúrias, pelo seu emprêgo em missões incompatíveis com seu decôro e suas transcendentes finalidades.

Estimulou-se a indisciplina, minou-se a coesão, deformou-se o princípio de camaradagem que, segundo a doutrina em voga, deveria mais servir para vincular os militares aos sindicatos extremistas que para uni-los entre si.

O progresso que se foi obtendo neste criminoso desiderato traduziu-se em demonstrações que constituíram não apenas um acinte às Fôrças Armadas, mas uma prova de que a baderna se institucionalizara no País sob os auspícios do próprio Presidente da República.

E assim, de avanço em avanço, espraiava-se a subversão, atingindo um ponto cuja gravidade se traduzia no fato de se ter estabelecido que na reforma ministerial em elaboração, à UNE caberia indicar o Ministro da Educação e à CGT o Ministro do Trabalho.

Oscilando entre a supressão da liberdade, pela participação progressista dos comunistas na condução da coisa pública, e a corrupção que o próprio Presidente institucionalizara no poder, marchava o País, cambaleante, para um destino temeroso e sombrio.

Era êste o quadro-desafio que se oferecia às Fôrças Armadas brasileiras em fins de março último.

II — O SENTIDO DO MOVIMENTO

Malgrado a sucessão clamorosa de erros e omissões, resultantes da sua conduta à frente dos destinos da República, alguns gritantemente à mostra, outros escamoteados pela fumaça da autopropaganda, não faltou ao sr. João Goulart argúcia para erigir-se em elemento catalisador de boa parte das simpatias populares.

Essa conquista responde pelo fato de haver conseguido por tanto tempo manipular uma ponderável parcela da opinião pública, o que, somado às garantias que lhe advinham da situação de governante constitucional, proporcionou-lhe uma falsa noção de segurança e um convite a novos e repetidos desmandos.

Êsse halo de popularidade que se formou em seu tôrno, sem consistência e sem grandeza, êsse poder de afirmação perante as camadas menos esclarecidas da população, fundava-se em construções artificiais, em equívocos de fácil correção e que, se perduraram, foi mais por indiferença dos democratas em esclarecê-los que por interêsse dos seus promotores em justificá-los.

Que fêz, em verdade, o sr. João Goulart em favor do povo?

À loquomania e operosidade dos comunistas, a quem o aprendiz de ditador vinha proporcionando o mais feraz dos campos de cultura da sua ideologia, deve-se muita da difusão e da propaganda das realizações populistas do ex-presidente.

Words... words... words... como diria o personagem shakespeareano.

Atacando artificial e improvisadamente inúmeros problemas, a nenhum deu solução. Nunca em qualquer época foram tão cruéis os índices de elevação do custo de vida. Nunca o assalariado viu sua moeda se desvalorizar tanto.

Senhor de baraço e cutelo da previdência social, desde sua ominosa passagem no Ministério do Trabalho, há mais de dez anos, nunca a dinamizou nem lhe deu autenticidade, antes fêz dela o campo de engorda dos seus petebistas, dos seus pelegos e dos seus aliados comunistas.

Foi o campeão do empreguismo, o que é uma maneira cômoda de comprar votos com os dinheiros públicos e um modo estranho e deformado de se melhorar as condições de vida de um povo, pois maiores serão os encargos dos que terão de produzir mais para sustentar os que produzem menos ou não produzem nada.

Desenvolveu um paternalismo duvidoso, negocista, pois na realidade as medidas que fingia tomar, em favor das massas, oneravam e perturbavam o País, não melhoravam a situação do povo e revertiam em votos e em aplausos à demagogia governamental.

Desorganizou o trabalho em várias frentes da atividade nacional, com especialidade nos setores marítimo e ferroviário, onde os **deficits** são astronômicos, estimulando num país carente de operosidade a filosofia do trabalhar cada vez menos para ganhar cada vez mais.

Se maior tempo demora no poder, terminaria por desorganizar também a produção agrícola, estendendo aos campos a mesma demagogia criminosa, a mesma atoarda temperamental e cediça com que embaía os proletários da cidade. Quem nada fêz, em tantos anos, pelo esquecido e explorado rurícola não ia redimi-lo, dando-lhe uma terra que êle não estava técnica e econômicamente capaz de explorar. E que estudos, que pesquisas científicas já concluíram que a falta da terra responde pela miséria do homem do campo?

Chefe inconteste do PTB, desde a morte de Vargas, ou talvez mesmo antes, nunca de sua agremiação partiu um movimento sério, um projeto de lei em favor do operariado. A recente lei do abono-família dos trabalhadores, talvez a maior conquista da legislação trabalhista desde sua criação, é obra do deputado Franco Montoro, democrata-cristão, e na sua elaboração e aprovação foi nula ou desprezível a contribuição petebista.

As entidades de defesa da economia popular, os órgãos de combate aos exploradores do povo, cuja eficiência e atividade dependiam do exclusivo arbítrio de Goulart, nunca realizaram nada em benefício das massas exploradas, nasceram e viveram desmoralizadas e inoperantes, foram apenas antros de venalidade e empreguismo.

Vira-se e revira-se tôda a vida pública do ex-presidente, que em verdade foi um capitalista vivendo entre capitalistas uma vida de capitalista, e não se encontra uma realização sincera, expressiva, substancial em favor do proletariado de que se arvorava em defensor perpétuo.

No entanto, à custa de muito palavrório ôco, de multa promessa falaz, êsse mistificador impenitente conseguia fazer-se passar por campeão das reivindicações populares, as quais só por culpa de um Congresso reacionário não eram obtidas e efetivadas.

E quem se der ao trabalho fácil de analisar o que fêz de mal e o que não quis fazer de bem, verá que sua expulsão do poder nunca poderá enquadrar-se na dialética padronizada do proselitismo vermelho, que para tais casos tem no seu fichário a invariável e permanente explicação.

Para quem errou tanto e tanto abusou da confiança de uma nação, o afastamento do poder é uma contingência do próprio brio nacional, das próprias aspirações de paz, de progresso e de justiça social autêntica de um povo atraiçoado. Não foi expulso, como dirão

os analistas de Moscou, pelos reacionários, pelos latifundiários, pela fôrça do capital.

Latifundiário igual nunca houve neste País, nem jamais teve alguém à sua disposição tanto capital para usar e abusar na corrupção e no subôrno.

É muito conhecida a frase de Lincoln de que se engana parte do povo todo o tempo, todo o povo durante algum tempo, mas nunca se consegue enganar todo o povo por todo o tempo. E o fato de o movimento revolucionário de 31 de março haver, mais que qualquer outra revolução no Brasil, contado com a aceitação universal dos brasileiros, que o desejaram, o apoiaram e o aplaudiram, mostra que o povo já acordara da grande mistificação que lhe ia custando a liberdade.

Nessa conjuntura, coube às Fôrças Armadas a dupla missão de, numa mesma arrancada, banir do País a corrupção e a ameaça comunista, uma e outra encarnados no pernicioso estilo de govêrno do sr. João Goulart.

Não sendo um comunista, pois até por uma espécie de assepsia ideológica seu nome deveria ser interdito ao grêmio vermelho, coube entretanto ao ex-presidente o proporcionar ao avanço comunista aquelas três condições que Lenine considerava ideais e indispensáveis a tal fim: mau govêrno, corrupção e inflação. E a isto se juntaria o fato de haver distribuído a comunistas altos cargos de chefia em seu govêrno.

O combate a essa deformação administrativa, a essa aberração governamental em que se transformou a direção da República, tornou-se um imperativo a que não poderiam fugir as Fôrças Armadas, que têm na defesa da ordem interna uma das justificativas de sua existência.

Não existem elas, como observou o atual Presidente da República, para proteger a baderna, mas para assegurar o exercício da lei.

Os próprios fatos é que dariam, assim, à reação armada a sua organicidade e o seu sentido, e fariam com que a Revolução se processasse sob o signo do combate ao comunismo e à corrupção, o que vale dizer, em defesa da liberdade e da moralidade administrativa.

MORALIDADE E LIBERDADE é o lema que traduz a mística revolucionária de 31 de março, da revolução há tanto esperada e que a muitos parecia uma utopia, um ideal de impossível realização.

Os negócios públicos bem conduzidos, a justiça social efetivamente realizada, a verdade eleitoral presente em cada pleito, os dinheiros públicos honestamente aplicados, a função pública interdita aos negocistas e aos ladrões, o trabalho valorizado e assegurado, a forma democrática de govêrno definitivamente estabelecida

e protegida, tudo isso constitui uma aspiração inequívoca de nosso povo, um ideal que se robustece à medida que a Nação se desenvolve e politiza.

Mas um certo desencanto tem marcado o povo brasileiro na luta pela posse dessas conquistas pacíficas do progresso social e político, incorporadas já à vida de tantos povos, embora sèriamente já se tenha empenhado em conseguí-lo.

Para citar apenas duas tentativas, uma pela fôrça das armas e outra pacìficamente realizada, temos a revolução nacional de 1930 e a retumbante vitória eleitoral do sr. Jânio Quadros.

Em ambas foi o povo vilmente enganado.

A revolução de 1930 traduz a mais esdrúxula combinação de valôres que registra a história do Brasil. Um punhado de moços militares, marcados pela prisão e pelo exílio, portadores de um idealismo cimentado pelo sangue e as mais duras provações, daria ao movimento o seu conteúdo ideológico, patriótico, renovador. Do outro lado, um enxame de políticos profissionais, frustrados na luta pela posse do poder político, haveria de dar à revolução o seu lastro pragmático, a sua coloração político-partidária, onde se iam situar os germes da sua rápida deformação.

Fazendo da justiça eleitoral o seu **leitmotiv**, foi, contudo, um movimento que condensou as esperanças dispersas de um povo que ansiava por melhores dias para sua Pátria. Em breve, porém, viu-se que a revolução construíra apenas uma côrte para Getúlio e os seus áulicos. E a Nação, que confiara no idealismo dos tenentes de 22 e 24, que muito esperara do generoso ímpeto renovador da revolução, sofreu decepcionada e amargurada, até os nossos dias, a fria negação de todos os princípios que ela se propunha a defender.

Em 1960, o povo foi às urnas realizar a mais eloqüente revolução e o mais vibrante protesto da nossa história eleitoral.

Não elegeu um homem, mas uma declaração de princípios, uma norma de govêrno ansiosamente desejada. As eleições foram livres e os anseios populares perfeitamente caracterizados. Elas traduziram o que queria e esperava o Brasil.

Mas o homem que supostamente simbolizava êsses princípios era um aventureiro que não hesitou em enxovalhar a suprema magistratura da Nação, a comprometê-la no seu jôgo escuso pelo poder absoluto.

E quando o povo, traído por Jânio Quadros e traído por João Goulart, irmanou-se à tropa para destruir um pesadêlo que já se prolongara demais, êle estava erigindo as Fôrças Armadas em depositárias das suas derradeiras e justificadas esperanças.

Não podem elas decepcioná-lo, não o decepcionarão por certo. Esta foi a Revolução que sonharam os democratas brasileiros de

todos os tempos, os idealistas sinceros, os mártires e os heróis, os que nunca se conformaram com a pequenez dos homens ante o gigantismo das tarefas e o desafio dos problemas.

A missão é gigantesca, o desafio é monumental. Não se conserta em dias os desacêrtos de várias décadas. Mas há esperança e há, sobretudo, fé.

O sr. João Goulart paradoxalmente facilitou a tarefa por centralizar, no estilo que impôs ao seu govêrno, todos os erros e omissões, tôdas as deformações, tôdas as degradações que um movimento moralizador precisa e deve combater.

Erradicando-os da vida pública brasileira, as Fôrças Armadas terão restituído ao organismo nacional a sua vitalidade e a sua autoconfiança, ativando no Brasil aquela assombrosa capacidade de recuperação que é própria das nações que geográfica e espiritualmente possuem dimensões continentais.

Não podemos perder, não perderemos esta Revolução.

III — A CONSOLIDAÇAO

Os fatos demonstraram que a Revolução de 31 de março tem profundas raízes populares e é certo que o povo a desejou e aplaudiu como um movimento de salvação nacional.

A formação democrática das Fôrças Armadas brasileiras empresta-lhe um caráter de permanente afinidade com as aspirações populares, quando reais e legítimas.

O fato de em apenas dois dias haver o Exército desmontado, com impressionante facilidade, sem sangue e sem luta, a máquina levantada no País pela corrupção e pelo entreguismo vermelho do sr. João Goulart, mostra quanto ela assentava em bases falsas e quanto lhe era infenso o nosso povo.

Tôdas as ameaças, todo o desafio violento do sindicalismo subvencionado e artificial, todo o pretendido dispositivo militar e sindical do ex-presidente ruíram como castelo de areia ante a simples resolução dos que prezam a sua Pátria e se dispõem a defendê-la.

Mas a rapidez com que a Revolução se fêz vitoriosa, bem como a universalidade da sua aceitação, se por um lado traduzem a sua legitimidade e sua profunda afinidade com os anseios populares, por outro revelam que sua sobrevivência e sua consolidação se processarão na medida em que aquêles anseios se concretizarem e se realizarem aquelas aspirações.

A vitória tem, assim, um sabor de desafio.

A herança da Revolução é um acervo de fracassos, de desilusões e de cruéis necessidades. Um povo, a quem tudo prometeram e a quem nada lhe foi dado, superlotado de promessas e despojado

de esperanças, recusou aprender que só a longa noite de escravidão propicia a aurora da justiça social. Marcado pelos reveses, ressaqueado ainda do intenso ópio das mistificações, não trouxe à nova ordem apenas os seus aplausos mas também os seus problemas.

Não será difícil identificar na paisagem humana do Brasil, e na delicada conjuntura que vivemos, o que o povo quer e o que o povo espera.

Na própria decisão de aplaudir e adotar como sua uma Revolução que elegeu como frentes primaciais de luta o combate à corrupção e a defesa da forma democrática de govêrno estão implícitas suas veementes aspirações.

Não será, entretanto, inoportuno lembrar que de tal modo a corrupção generalizada e institucionalizada, como se observava no passado govêrno, decisivamente concorreu para a fermentação comunista, que no combatê-la e erradicá-la reside já uma fecunda modalidade de afirmação democrática.

Como uma hidra de cem cabeças, a corrupção desdobra-se numa multiplicidade de aspectos, numa variada coleção de formas.

Seria difícil hierarquizá-las e enfileirá-las sob um critério prioritário de periculosidade para os interêsses da Nação.

A corrupção política, administrativa, econômica, a que se desenvolve no setor das idéias e do ensino, tôdas deixam sua marca desagregadora e a tôdas é preciso combater sem tréguas.

Na luta contra a corrupção política vai situar-se um elenco de medidas que principiam pela eliminação da vida política nacional daquelas figuras negregadas da politicagem profissional, responsáveis diretas pela descrença generalizada no sistema democrático.

Escrevendo há dois anos neste mesmo jornal, tive oportunidade de afirmar que não era apenas o comunismo o grande inimigo da democracia, "mas também o político incapaz e desonesto, sem grandeza e sem civismo que se elege para corroer o organismo nacional, gerando a descrença e o ódio e destruindo a fé no processo democrático."

O que se precisa obter de vez neste setor é a verdade das urnas, a manifestação real da vontade popular, através do voto livremente expresso e honestamente apurado, o que se fará pela adequação da técnica eleitoral às realidades nacionais.

A influência decisiva do poder econômico nas decisões eleitorais tem levado ao Congresso figuras que mais adequado ambiente encontrariam no meio penitenciário.

Mais pernicioso que as velhas eleições a bico de pena, onde uma elite dirigente, via de regra, escolhia bem as representações partidárias, o poder do dinheiro tornou as eleições um processo de auto-escolha, efetivado sob aspecto comercial elementar e simples.

E, dêste modo, não apenas o contrabandista, o ladrão, o peculatário, mas também o incapaz e o louco podem com a moeda muitas vêzes roubada comprar o álibi das imunidades, o que vale dizer da impunidade e participar dos altos conselhos da República.

A Revolução, cassando os mandatos e os direitos politicos de um Lupion e de um Gilberto Mestrinho, deu ao problema o seu correto e desejado tratamento e imprimiu-lhe a diretriz a ser seguida.

No que tange à corrupção administrativa, o êxito total no seu combate será talvez, no Brasil, tarefa para uma geração, mas um decisivo passo será dado com o estacionar do processo progressivo de desagregação que a incapacidade, a desonestidade e a indiferença da quase totalidade dos administradores inocularam na vida pública nacional.

Grande vitória será obtida quando se evidenciar que o acesso aos cargos públicos passou a ser um prêmio ao esfôrço e ao mérito comprovado, em vez de uma resultante da injunção política e das conveniências partidárias.

A apuração das responsabilidades no mau emprêgo dos dinheiros públicos e a punição intransigente dos culpados é operação, cujos repetidos ensaios e cujos repetidos fracassos tingiram-se com as côres da irrealidade aos olhos do povo.

Mas combatendo a corrupção nas suas variadas formas, em todos os setores onde ela se implantou na vida brasileira, estará a Revolução se afirmando, consolidando e tornando irreversível o processo de moralização que dela se espera.

Não será tarefa das mais fáceis, pois muitos dos campeões do negocismo, do aventureirismo político e econômico, dos exploradores do povo estarão tentando acomodar-se com sua versatilidade e seu mimetismo tradicional na nova paisagem social e política que lhes deverá ser totalmente interdita.

A êles virá juntar-se a malta hoje silenciosa e quieta dos eternos inimigos da liberdade, dos que ontem pregavam como possessos a destruição da ordem, para mais fàcilmente acorrentarem a Nação ao jugo do comunismo internacional.

Nêles terá sempre a Revolução o inimigo mais solerte e mais atento, sempre pronto para desfechar o bote, sempre vivo e onipresente enquanto viva e onipresente fôr a miséria de que se nutre.

Traduzem, na persistência da sua filosofia odiosa, o desafio arrogante dos que pretendem deter o monopólio do explosivo e da matéria-prima com que se fabricam e se vencem as revoluções sociais.

Para destruí-los e eliminar em definitivo a sua ameaça, faz-se mister arrasar o arsenal onde se municia a sua dialética. Mas todo combate que lhes fôr dirigido, tôda batalha que contra êles fôr desencadeada será operação de antemão perdida se não drenarmos

o pântano onde se acumulam o lôdo e a lama do pauperismo e da injustiça.

No Brasil há um problema social intenso, por demais evidente, por demais gritante. Êsse problema mais se agravou no famigerado govêrno do sr. João Goulart que, ao alimentar esperanças excessivas, exacerbou os ódios pela ausência absoluta de realizações. Êsse fato representa, talvez, o mais pesado encargo herdado pela Revolução, verdadeira bomba de retardo deixada no campo democrático pelo govêrno que debandou.

Três quartas partes da população brasileira vivem à margem dos benefícios do progresso e da civilização. Constituem um arsenal vigorosamente disputado pelas ideologias extremistas, que as utilizarão como instrumento poderoso na demonstração da falência das soluções democráticas.

A afirmação tendenciosa de que é necessário escolher entre a liberdade e a justiça social, de que uma incompatibilidade se estabeleceu entre as duas, de há muito vem sendo desmentida pelos fatos.

É uma opção criada pela conveniência dos que se propõem a explorá-la. Pelo contrário, sendo, como são, as duas maiores aspirações humanas, não podem contraditar-se. Sem liberdade não pode haver a verdadeira justiça social; sem essa, a liberdade não tem sentido.

Uma Revolução de características nitidamente democráticas, que assenta as suas raízes nas mais expressivas camadas populares, não desertará da sua inspiração primeira para dar aos problemas do povo a sua urgente solução.

No campo fértil da democracia, sem comprometer-se a liberdade que nos ia sendo arrebatada, o atendimento às reivindicações populares prementes e inadiáveis vai assegurar a definitiva consolidação da Revolução de 31 de março. Revolução que não foi feita para manter privilégios, como declarou seu líder máximo, e que, julgamos nós, adquirirá sua maior significação precisamente no combate a êsses privilégios.

(Publicado no jornal "O Povo", de abril de 1964).